

XIV

A construção comunista

A primeira parte do livro foi dedicada a apresentar uma leitura geral da nossa conjuntura histórica, centrada no que chamamos de “periferização”. Dentre as múltiplas consequências desse momento do capitalismo – quando a organização do valor e da força de trabalho não leva mais à organização correspondente dos trabalhadores –, focamos nas implicações específicas para a política e, em particular, em uma importante consequência para os comunistas: a periferização do capitalismo significa o fim de qualquer tendência estrutural que promova a convergência das lutas proletárias. Isso não implica, no entanto, que a periferização acabe com as ambições comunistas, mas certamente transforma o escopo de nossas tarefas, tanto na prática quanto teoricamente.

Em seguida, na segunda parte, composta por cinco capítulos, nos debruçamos sobre o que poderia ser uma teoria para a prática comunista sob condições periféricas isto é, o que seria uma teoria capaz de auxiliar na articulação dos interesses comuns às lutas revolucionárias sem depender da pressuposição de que exista uma unidade política subjacente com a qual poderíamos contar. Foi com essa motivação que introduzimos algumas das principais ideias teóricas deste livro: o ponto de vista organizacional, as diferentes lógicas sociais, a teoria da dominação social e a diferença entre formas sociais alinhadas e desalinhadas. Tudo isso serviu para caracterizar, de maneira abstrata e aberta, o que se passa no capitalismo periférico.

No entanto, nosso propósito nunca foi produzir uma teoria do funcionamento do capitalismo, e nem um programa político para orientar uma luta concreta. Como reiteramos algumas vezes ao longo do texto, o que nos falta não é uma compreensão da maquinaria de dominação do capital, e nem novas ideias políticas específicas, mas meios para acompanhar de perto as lutas que já são travadas nesse novo terreno social e para continuar a investigar os pontos de articulação e

conexão possíveis entre esses diferentes processos políticos. É por isso que se trata, aqui, de uma teoria da prática *comunista*, e não da prática política em geral. As ideias introduzidas na segunda seção visam garantir o grau de “plasticidade” necessário para que possamos levar a sério as diferentes caracterizações do capitalismo periférico que encontramos nas lutas contemporâneas sem por isso abdicar da tarefa de construir, onde possível, um horizonte revolucionário comum.

Chegamos, então, à terceira parte do livro, dedicada à organização, luta, pensamento e transformação política. Ao longo desses quatro capítulos, mobilizamos todas as ideias introduzidas na seção anterior para melhor caracterizar a variedade de formas de luta que o terreno do capitalismo periférico permite. O objetivo desses capítulos não foi dizer o que “deve ser” a política revolucionária hoje – ninguém precisa de nós para isso – mas tentar propor definições gerais o suficiente do que podem ser diferentes processos políticos para que seja possível navegar a diversidade das lutas contemporâneas. O saldo final dessa reconstrução conceitual foi uma visão esquemática, mas também bastante plástica, de algumas categorias cruciais da política revolucionária, elaborada de maneira a viabilizar que investigações concretas das lutas possam levar a sério as ideias políticas em jogo em diferentes organizações políticas, seus desafios e horizontes estratégicos.

Ainda que a seção anterior do livro seja absolutamente crucial e já antecipe o tipo de abordagem que estamos tentando promover, é apenas agora, à luz de tudo o que já discutimos, que podemos nos debruçar de fato sobre o que chamamos anteriormente de *prática comunista* e dar a essa prática alguns contornos concretos. Afinal, é apenas considerando toda a construção teórica feita até aqui que podemos realmente compreender como um espaço social fragmentado, onde as lógicas do valor, da propriedade e da afinidade nem sempre se alinham da mesma forma, ainda que a dominância do capital não seja alterada, poderia produzir formas de luta política heterogêneas entre si. O espaço composto por essas formas de organização – com suas invenções, impasses e horizontes estratégicos próprios – é que constitui a matéria-prima de uma prática que visa investigar, construir e articular os interesses comuns do movimento revolucionário.

Como tentaremos esclarecer ao longo dos capítulos finais do livro, acreditamos que a única coisa que pode efetivamente substituir a crença em uma tendência convergente das lutas antissistêmicas – que nos pouparia o trabalho de articulação e composição de diferentes formas organizacionais – é um conjunto de práticas concretas, que combinem a investigação do que se passa efetivamente nas lutas com a construção de pontes e pontos de interdependência real entre elas. Isso não significa, no entanto, que exista apenas uma maneira de se ocupar dessas tarefas. Historicamente, os partidos comunistas se prestaram muitas vezes a atuar como um ponto de articulação para as diferentes frentes de luta da classe trabalhadora, mas existem muitas outras formas dessas práticas de investigação e articulação se imbricarem nas lutas concretas, tanto de forma explícita – como fóruns e espaços de intercâmbio – quanto de maneira implícita – como um outro eixo de preocupação militante, interno e orgânico aos diferentes movimentos, partidos e coletivos políticos já existentes.

Qualquer que seja a forma que a prática comunista tomar em um dado contexto, ela precisará percorrer um tortuoso caminho entre o todo e as partes do movimento revolucionário. Isto porque o comunista, como veremos, é alguém que atua a partir da contradição entre uma luta particular e o ecossistema político maior em que essa luta se insere, mesmo que exista ali a contragosto. Sendo assim, a prática comunista se situa inevitavelmente no “ziguezague” entre a totalidade capitalista – cuja fragmentação lastreia a heterogeneidade das lutas, a especificidade dos processos políticos – que extrai suas formas, conflitos e horizontes a partir da realidade social específica onde atua – e a totalidade do movimento formado pelos interesses comuns dessas diferentes lutas. Em um suposto contexto de convergência histórica, extrapolado a partir da modernidade europeia, esse processo todo seria muito mais simples: a totalidade capitalista já sinalizaria a centralidade do trabalhador como sujeito político, isso nos ofereceria uma métrica para avaliar as lutas proletárias em geral, e pavimentaria o caminho para vislumbrarmos o movimento revolucionário internacional como um todo. Na

ausência desse atalho estrutural, é preciso investigar e construir.

Movimento revolucionário e periferização

Quando apresentamos nossa tipologia para os avanços e recuos da luta política, mencionamos três “efeitos colaterais” que assolam as conquistas sociais, as vitórias políticas e os triunfos revolucionários por conta de seus limites específicos. As conquistas sociais podem ser confundidas com mera capitulação conservadora; as vitórias políticas dão margem para fantasias sobre o poder ilimitado de absorção das lutas pelo capital e; os triunfos revolucionários, por não levarem à transformação de todo o sistema capitalista global de uma só vez, podem alimentar a ideia de que o máximo que podemos conquistar são momentos isolados de liberdade, pequenos milagres que logo desaparecem. Todos esses efeitos colaterais decorrem do mesmo problema: os avanços políticos, quando considerados separadamente, serão sempre pequenos em contraste com a totalidade capitalista. Não se trata de uma insuficiência interna a esses avanços em si – é sempre melhor que existam conquistas sociais do que não existam, assim como é melhor que existam mais vitórias políticas e mais triunfos revolucionários por toda parte – mas de um problema propriamente comunista, isto é, um problema ligado à dificuldade de situar todas essas transformações em um movimento articulado maior.

Podemos recuperar rapidamente aqui uma consequência importante da distinção que fizemos entre formação social moderna e periférica, no nono capítulo. Para lembrar, diferenciamos a moderna “sociedade do trabalho” das formações capitalistas periféricas a partir do modo como as três lógicas sociais se relacionam em cada um desses casos. No primeiro caso, da modernidade, as três lógicas estariam alinhadas: o valor, a propriedade e a afinidade se reforçam, organizam um mesmo modo de vida onde o que é ser trabalhador e consumidor também é ser proprietário e cidadão e também é ser um indivíduo autônomo e membro de família. O mesmo não se passa nas formações periféricas, onde essas três lógicas não se alinham de maneira tão compacta: as forças do valor, da propriedade e da

afinidade apontam em direções muitas vezes contrastantes, e é preciso constantemente negociar com diferentes formas de poder que se cruzam e misturam.

Chegamos a mencionar naquele capítulo que a chamada “convergência espontânea” – a promessa que o progresso industrial iria igualar progressivamente as condições de organização política da classe trabalhadora – poderia ser considerada um efeito do alinhamento momentâneo das lógicas sociais no capitalismo moderno. O alinhamento social implica também um alinhamento político, isto é, facilita que uma transformação política afete todo o edifício capitalista ao mesmo tempo. É um contexto onde a diferença entre conquista social, vitória política e triunfo revolucionário fica mais difusa, pois quando transformamos a lógica da família, afetamos também os direitos, a cidadania e a esfera produtiva, tudo de uma vez. Então, por um lado, o alinhamento social permite que as lutas políticas entrem mais facilmente em conflitos *totais* com a realidade social. Mas se a luta é capaz, em sua organização, de confrontar o valor, a propriedade e a afinidade de uma só vez, por outro lado também sofre a resistência de todos os componentes do mundo social simultaneamente. A luta revolucionária na modernidade é, portanto, integral, mas lenta. É muitas vezes mais localizada e restrita, mas com grandes promessas transformadoras. Corta fundo, mas enfrenta uma enorme inércia para se mover.

O desalinhamento periférico apresenta outras características. Por um lado, é mais difícil afetar todas as dimensões da vida social de uma só vez – por conta dos modos variados como o poder do mercado, do Estado e das comunidades atuam em um terreno fraturado. Por conta disso, é mais fácil diferenciar também avanços que se resumem a pequenas conquistas sociais e vitórias políticas parciais. E mesmo os triunfos mais radicais conseguem ganhar alguma continuidade quando ocorrem à sombra do poder militar de um Estado incapaz de integrar todo o território nacional – com a consequência, igualmente sombria, de que esse poder se manifesta com muito menos escrúpulos na hora de dizimar esses experimentos políticos. O movimento revolucionário “desalinhado” é, nesse sentido, mais

disperso e volátil em termos dos seus avanços: pode até existir com grande intensidade, mesmo que de forma mais pulverizada, pois consegue atuar nas muitas brechas do capitalismo periférico, mas tem dificuldade de consolidar qualquer sentido de unidade ou totalização, devido à variedade de suas formas de organização e do desnível entre suas conquistas, vitórias e triunfos.

Hoje, a prática comunista, nesse processo de ir e vir entre o local e o global, entre as lutas particulares e o movimento revolucionário como um todo, precisa aprender também a navegar essa segunda forma de inércia histórica.

Posições no movimento revolucionário

E como somos atravessados por esse desafio? Aqui, podemos fazer uma pequena tipologia das posições onde podemos nos encontrar em relação a diferentes processos políticos – isso nos levará, finalmente, a definir a posição dos comunistas. Como sempre, nosso interesse é adotar o ponto de vista organizacional, de modo que essas distinções não impliquem funções, identidades ou bandeiras reconhecíveis, mas descrevam apenas os lugares que podemos ocupar dentro de organizações, lutas e ecologias políticas mais complexas.

Sem retomar em detalhes nossa tipologia de formas de transformação política – persistência, conquista social, vitória política e triunfo revolucionário – é importante lembrarmos que todas essas maneiras de uma luta avançar politicamente dependem da capacidade do pensamento político de negar, de diferentes formas, o mundo social e as forças conservadoras e reacionárias. Analisamos essas formas de negação e sua relação com as diferentes dimensões do pensamento político no décimo segundo capítulo. O que nos importa agora é considerar que, sendo assim, onde há transformação política não há apenas conflito entre diferentes formas organizacionais, mas uma série de verdadeiras *contradições* em jogo. Contradições, pois se a transformação política implica a negação de algo, e se esse algo ainda existe, então quem participar de uma luta irá inevitavelmente se envolver com formas de organização contraditórias entre si. E são essas

contradições que nos ajudaram a situar as diferentes posições que podemos assumir em relação ao movimento revolucionário.

Por exemplo, uma contradição que podemos experimentar é aquela entre a vida que levamos, inseridos no mundo social atual, e a existência de uma dada luta política da qual não participamos diretamente. Uma pessoa que retira, toda semana, uma quentinha em uma cozinha solidária pode não participar da manutenção e defesa do movimento social que criou a cozinha, mas ainda assim reconhece que aquela luta faz diferença em sua vida – e prova isso regularmente, entrando na fila, respeitando as outras pessoas, comentando com terceiros sobre a cozinha e sobre a qualidade da comida, e possivelmente se revoltando caso forças reacionárias tentem impedir o funcionamento da organização. Mesmo não construindo ativamente a transformação política em jogo na luta contra a fome, essa pessoa está implicada nela, ao interagir com a cozinha e seus militantes como uma parte relevante da sua realidade social.

Ora, essa posição – externa ao processo político, mas ligada a ele de forma prática – é justamente a posição da *base social*, que discutimos rapidamente no décimo primeiro capítulo, quando falamos da “luta pela percepção”. Lembrem que pontuamos, àquela altura, que é possível distinguir as pessoas que estão apenas no ambiente social de uma organização política – no seu entorno– daquelas que formam propriamente sua base colocando a seguinte pergunta: dentre as pessoas que interagem com a organização política de alguma maneira, para quais delas faz diferença efetiva essa organização ser política? Isto é, nas trocas e outras interações entre quem não participa e quem participa de um dado processo político, a dimensão política dessa organização da vida faz diferença? Cria outro tipo de interdependência ou opera exatamente como se a organização política fosse um grupo social qualquer? Nós chamamos de base social de um movimento ou organização aquelas pessoas para quem a dimensão política desse grupo faz diferença prática em suas vidas. É um pouco diferente do conceito usual de base, que se refere às pessoas ou grupo social a quem uma dada luta “deveria” importar. Para nós, base é uma dimensão organizativa. Mesmo não participando ativamente

de uma dada luta, se uma dada reorganização política do mundo deixasse de existir, algo realmente mudaria para certas pessoas e não para outras. Em contraste, uma outra pessoa que também se alimenta na cozinha solidária, mas para quem a alimentação saudável ou o tratamento com dignidade que recebe ali não é importante o suficiente para que ela se comporte de forma diferente ali do que em uma cozinha “ongueira” assistencialista, não faria parte da base social dessa organização.

O que define a base, portanto, não é nem um critério sociológico – como se a base sempre fosse a base econômica mais ampla, por exemplo – e nem uma passividade – como se a base fosse necessariamente dirigida pela organização política. O que está em jogo é *onde* uma contradição é vivida: no caso da base social, a contradição entre a luta política e a vida no dia a dia é algo que primeiro aparece do lado de fora, no entorno das pessoas, no que elas percebem à sua volta. Posso apoiar uma luta e participar de uma passeata, mas também posso não fazer isso, posso protestar contra uma empresa, ou posso evitar, pois isso atrapalha minhas chances de me empregar – são caminhos contraditórios que se apresentam. Existem tanto formas mais ativas quanto mais passivas de nos reorganizarmos enquanto base de uma luta política – assim como também é possível estar na base de uma luta no nível da afinidade e não do valor, por exemplo: votar em um candidato sem participar da construção de um partido, comprar produtos de um movimento social, discutir opiniões políticas com amigos e família, participar de uma marcha, tomar parte em uma revolta, repassar panfletos de uma luta com colegas de trabalho, esconder militantes clandestinos, etc. Não se trata de uma gradação de engajamento, mas de um modo de viver a contradição que o processo político introduz no mundo social.

As coisas se passam de outra maneira com os *militantes*, isto é, com as pessoas que participam diretamente da composição de uma organização política. Vale lembrar, mais uma vez, que “organização”, para nós, não significa exclusivamente um grupo estável, formal, com nome e ideologia próprios – do ponto de vista organizacional, não existe ninguém que não seja participante de múltiplas

organizações: o que faz diferença na definição acima é, mais uma vez, de onde surge a contradição. No caso da militância, não se trata de caminhos separados que posso escolher, se trata de um só caminho: ir para uma reunião de um núcleo de base, tomar decisões sobre minha profissão, em diálogo com outras pessoas em minha organização, participar da estrutura sindical durante uma greve – são todas situações em que um só caminho já é contraditório, ele já envolve fazer algo que conta, de um jeito, politicamente e conta, de outro jeito do ponto de vista da nossa vida social, cultural e econômica.

A militância, portanto, tensiona duas formas conflitivas de levar a *mesma* vida: aquela que nos insere no mundo social – no trabalho, na lei, na família, etc. – e aquela da qual depende o avanço de uma luta política. Nesse sentido, um militante é alguém que precisa constantemente encontrar meios para levar a cabo tarefas, participar de ações coletivas, assumir riscos, que podem solapar sua própria segurança ou estabilidade social. Faz parte da composição de um processo de transformação política que, por sua vez, transforma e nega sua própria relação com o mundo social – com familiares, amigos, patrões, normas e leis.

De certa maneira, é possível dizer que todo militante é parte da base social da sua própria luta, isto é, em algum grau, vive também “de fora” os efeitos daquela organização: faz amigos, potencialmente consegue ganhos de salário, etc. Isso faz ainda mais sentido se pensarmos nas diferentes lógicas: muitos militantes que não fazem parte da base econômica de uma luta não terão suas vidas de trabalho alteradas pelas conquistas de um processo – fazem ainda assim parte da base no campo da afinidade – fazem laços com trabalhadores de outras categorias, por exemplo. Mas se definirmos base para além desse caso restrito, isto é, se pensarmos exclusivamente nas pessoas que não são militantes, é de fato possível que militantes não estejam na base política da organização. Muitos militantes de classe média vivem essa tensão entre a luta e suas vidas sociais sem que os benefícios que a luta conquista lhes sejam imediatamente útil – não precisam da comida da cozinha solidária, não serão contemplados pelas novas formas de comunidade e cooperação que ajudam a produzir, nem são moradores da região

que será beneficiada pela política pública que tentam emplacar. Quando alguém está posicionado tanto como base social quanto como militante de uma transformação política, chamamos essa posição de *base política*. Mesmo sendo mais difícil de acontecer essa sobreposição de contradições, a posição da base política é mais sólida que a posição da militância, pois a relação “externa” com os benefícios da política aplaca um pouco a tensão “interna” entre organização social e reorganização política coletiva. Se comemos melhor lutando, mais razão – e sustento – para continuar a lutar.

Podemos definir ainda uma terceira posição a partir das contradições que a transformação política produz na vida das pessoas. Como vimos, a reorganização política da realidade é composta de uma série de invenções, reavaliações e redirecionamentos estratégicos desse processo. Isso significa que a transformação política, no seu curso, também precisa abandonar certas formas de fazer as coisas, adotar novas táticas e mesmo repensar seu horizonte mais geral. É claro que essa necessidade de repensar e reinventar nossas próprias formas de luta também é fruto da luta com as forças conservadoras e reacionárias do mundo social, mas ela se expressa como uma contradição entre uma dada forma política e sua própria transformação – seja a partir de correções de curso, reavaliações ou recuos políticos. A pessoa que é atravessada por essa contradição entre diferentes momentos ou formas de uma dada luta assume a posição de *organizadora* dessa luta.

É claro que vem logo à cabeça a imagem de que organizadores são, portanto, pessoas que têm a responsabilidade formal de avaliar ações e comandar novos rumos – direções, quadros importantes, “chefes de estado” ou lideranças – e é verdade que a forma que organizadores adotam muitas vezes emulam aquelas que o valor, a propriedade e a afinidade constituem socialmente, com hierarquias, papéis gestionários ou influências carismáticas. Mas, de acordo com nossa definição, qualquer pessoa que tenha relação ativa com o estado atual de um processo político e que participe de sua reorganização, mesmo que momentânea –

mesmo que resolvendo apenas um problema pontual para melhor adequar uma ação coletiva à situação que ela confronta – está adotando essa posição.

Novamente, é possível que alguém seja atravessado simultaneamente pelas contradições da base social, da militância e da posição de organizador – de certa forma, é essa posição complexa que define, em muitas lutas, o lugar do que tradicionalmente chamamos de *sujeito revolucionário*, aquela parte do proletariado que é politicamente ativa e organiza e reorganiza sua própria luta. E, mais uma vez, acontece de que essa sobreposição permite lidar melhor com a contradição do organizador, posto que essa pessoa tem acesso imediato aos acertos e erros de cada investida tática, enquanto militante e base política. No entanto, em lutas onde a hierarquia e a divisão do trabalho são muito marcadas, a posição de organizador pode se separar quase totalmente das demais – dando origem a uma variedade de tipos burocráticos.

Isso nos traz, finalmente, a posição dos *comunistas*. Como já antecipamos, a contradição que define essa posição é aquela entre a particularidade de uma luta específica e o campo de lutas emancipatórias como um todo. De certa maneira, apesar de normalmente fazer parte de um movimento específico, no qual milita e, possivelmente, ajuda a organizar, o comunista é aquele que tem “um pé fora” de sua própria organização: cogita quais ações tomar, quais revisões organizacionais propor para o coletivo, ou mesmo como participar de uma ação coletiva específica, partindo do fato de que sua organização existe dentro de um espaço político maior e que precisamos levar isso em conta. Trata-se de uma contradição, e não de mera dualidade, pois o “pé fora” do comunista não decorre de uma falta de engajamento ou aderência, mas de seu aprofundamento: é *para vencer* que precisamos considerar nossa interdependência com outras lutas e processos políticos.

É crucial, para nós, definir a posição dos comunistas a partir de uma contradição, pois existem maneiras de ocupar posições “diplomáticas” entre diferentes lutas sem que isso efetivamente implique em qualquer conflito ou construção comunista efetiva. É o caso, por exemplo, de acordos formais entre partidos e movimentos

para formar frentes amplas que atendem aos interesses das organizações em questão. Não é preciso que haja nenhum conflito ou contradição aqui –e, portanto, nenhum comunista presente – posto que a conexão criada é baseada nas formas políticas tais como elas já existem, nada precisa ser transformado ou encaminhado de novo para que um “abaixo-assinado pela democracia” circule por muitas organizações diferentes.

Como todas as posições que descrevemos até aqui, a posição dos comunistas pode aparecer separada ou sobreposta às demais, mas aqui a situação é um pouco diferente. Quanto mais enraizada nas experiências da base, da militância e da organização coletiva, mais chances tem a posição comunista de encontrar um encaminhamento para sua contradição – pois tem maior acesso à realidade material de onde as lutas retiram suas diferentes formas. Nosso hábito de pensar nos comunistas como uma casta superior poderia nos dar a impressão de que é mais fácil encontrarmos comunistas dentre os organizadores de uma luta, depois entre militantes e por fim entre a base política dessa luta, respectivamente – como se houvesse uma pirâmide que vai da base até a grande liderança comunista, no topo. Na prática, no entanto, isso não se confirma: é muito mais comum encontrar bases políticas capazes de circular entre diferentes lutas do que militantes ou organizadores, normalmente extremamente aderidos à sua própria inserção política, teoria e visão de mundo.

O que é particular da posição dos comunistas é que essa posição não se sustenta sozinha: é impossível existir um comunista que não é nem base, nem militante e nem organizador de uma luta. Nesse caso extremo, seria possível reconhecer o “pé fora” das lutas particulares, mas e o “pé dentro”, que caracteriza a contradição do comunista? É possível que existam pessoas que circulam entre diferentes lutas, militando em diferentes espaços por um período de tempo, sempre preocupadas com o papel daquela organização em sua ecologia política maior, mas esse seria o caso de uma espécie de nomadismo militante, o que é diferente de ocupar apenas a posição de comunista.

Uma hipótese possível – e que certamente ocorrerá a alguns – é que a pessoa que quer pensar a contradição entre diferentes lutas políticas em vista de fazer emergir seus interesses comuns, mas que não atua como base, nem como militante e nem como organizador de nenhuma delas, é um “intelectual comunista”. É tentador aceitar essa resposta: afinal, é no campo intelectual que a conexão entre as lutas reais e o movimento revolucionário pode ser descrita e idealizada com mais facilidade. No entanto, é quase impossível que a contradição fundante do comunista não se dissolva, nessa situação, em uma espécie de ecletismo ou de fantasia política – afinal, de onde viria o lastro da contradição para uma pessoa que apenas acessa as lutas a partir do problema teórico de identificar seu substrato comum e seus rumos gerais? É importante reconhecer, mesmo assim, que o intelectual que enfrenta os “fantasmas do idealismo” vive, de certa forma, um conflito real. Na escrita deste livro, nos confrontamos com esse exato problema: por vezes é necessário dar voos abstratos tão longos, nos retirando igualmente de todas as lutas com as quais temos contato, para melhor pensar aquilo que pode existir de comum entre elas, que é impossível não se questionar sobre a validade desta aventura intelectual.

O que nos permite encaminhar esse conflito particular, no entanto, não é um novo conceito ou justificativa filosófica, mas o retorno às práticas militantes: nunca perder o pé dentro da organização política concreta. É a partir da experiência política que a contradição que define a posição comunista se apresenta com mais clareza. Afinal, a dificuldade constitutiva do movimento revolucionário não é nem fazer acordos políticos entre lutas, nem filosofar uma substância de onde todas as lutas nasceriam, mas *radicalizar as transformações políticas que diferentes processos são capazes de produzir a partir de sua composição concreta*. É o esforço de construção de uma interdependência concreta, feita de articulações que passam pelas bases, militantes e organizadores políticos, que constitui o horizonte dos comunistas.

Vale notar, ainda, que a contradição que funda a posição dos comunistas é também aquela que justifica toda a construção teórica que fizemos até aqui. É apenas do

ponto de vista de quem é atravessado pela necessidade de considerar simultaneamente diferentes processos de transformação política que a questão do pensamento político se coloca concretamente. O que pensa essa luta? Como diverge daquela outra? Em que ponto, pauta ou tarefa elas poderiam se encontrar? São perguntas que a base, a militância e mesmo os organizadores de um processo político não precisam se colocar de maneira prática e recorrente.

É também apenas à luz desta contradição que podemos situar o desafio prático dos comunistas – e fazê-lo sem imaginar uma cúpula vanguardista capaz de avaliar e deliberar o caminho revolucionário a partir de uma bola de cristal – e retornar, finalmente, ao *Manifesto do Partido Comunista*.

A prática de construir sem convergência

No primeiro capítulo, defendemos que, no *Manifesto Comunista*, os comunistas não são definidos por sua forma de organização particular, por terem mais conhecimento, mais compromisso com a revolução ou uma visão mais consolidada das formas que uma sociedade pós-capitalista irá tomar. Comunistas são aqueles que, dentro de qualquer luta política, “destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado” e que “representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto”. O que argumentamos é que, quando não contamos com nenhuma tendência espontânea de convergência entre as frentes de luta proletária, ações como “destacar”, “fazer prevalecer” e “representar” se tornam atividades práticas muito mais complexas e consequentes, pois participam da construção efetiva – e não apenas do direcionamento – desses “interesses comuns” e do “movimento em seu conjunto”.

Atrelada a cada uma das posições que listamos acima está também um tipo de construção política diferente. A base constrói o ambiente político da luta, transforma o entorno da organização para que seja menos custoso defender e se envolver com esse processo emancipatório. A militância constrói o avanço das formas de organização política, lutando pela transformação em todas as dimensões

do conflito político que analisamos anteriormente: lutas no campo da composição, da interação e da percepção. Os organizadores auxiliam a transformar os saldos da base e da militância em revisões inventivas dessas formas políticas que queremos disseminar – lembrando, claro, que não precisam ser dirigentes para fazê-lo, basta que qualquer militante também se dedique a construir e reconstruir a forma de sua própria organização. Os comunistas, por sua vez, constroem meios para que a articulação entre diferentes lutas políticas possa impulsionar a base, a militância e os organizadores.

Onde essa complexa construção caminha na direção revolucionária, as contradições que mencionamos se tornam menos intensas por conta da prevalência crescente do polo político: o ambiente se torna mais propício para as lutas, as organizações têm maior condição de enfrentamento, e maior plasticidade perante novos desafios; e quanto mais uma luta avança, mais o ambiente, o poder e a adaptabilidade das demais lutas também avançam. Onde não há construção possível, ou bem as lutas desaparecem, ou experimentam uma intensificação muitas vezes insustentável de suas contradições: bases se tornam desconfiadas e ressentidas, militantes enfrentam problemas de saúde mental e muitas vezes se tornam carrascos dos demais, organizações enfrentam a saturação de suas formas e a possibilidade de autofagia, e o horizonte comunista ou bem se perde, ou retorna às fantasias de uma vanguarda esclarecida, supostamente impedida de operar pela falta de consciência política dos outros. Como podemos ver, a ideia de construção é o que substitui, em nossa teoria da prática comunista, o papel da convergência histórica espontânea.

E, à luz da ideia de uma construção comunista, podemos agora reiterar o seguinte:

Os comunistas não se organizam em partidos separados. São pessoas que formam a base, a militância, a reorganização de diferentes coletivos e movimentos – mas que assumem uma contradição adicional para si e que é impossível de experimentar sem a inserção prévia em alguma frente de luta específica. Os comunistas, portanto, não têm interesses que os separem do proletariado em geral.

Nem poderiam ter, pois reconhecer e cultivar, a partir dos fragmentos dispersos do proletariado, os seus interesses comuns é a única maneira de encaminhar as contradições da prática comunista. *Os comunistas não proclamam princípios particulares.* A realidade material da sociedade é a única fonte possível de novos princípios e objetivos políticos, e ao buscar a construção de articulações entre movimentos, os comunistas só podem se orientar pelo avanço das lutas criadas e pensadas a partir desses diversos princípios.

Os comunistas só se distinguem dos outros partidos operários em dois pontos. Primeiro, por investigar as diferentes formas de organização política nas quais estão inseridos, transformando a experiência e os impasses de diferentes movimentos políticos em elementos que concernem a organizadores, militantes e bases de outras organizações. Segundo, por representar esses elementos transversais, sejam esses problemas ou soluções que atravessam diferentes partes de uma mesma ecologia, como sinais concretos da existência de um movimento revolucionário interconectado – uma matéria política comum de que diferentes organizações podem usufruir e que, dessa maneira, ilumina o “movimento em seu conjunto”.

Na prática, os comunistas constituem, pois, a fração mais resoluta dos partidos operários – pois assumir a contradição entre a orientação estratégica de seu próprio movimento e a existência de outras lutas depende, por definição, de termos mais convicção no papel e no poder de outros processos políticos do que precisaríamos para apenas participar de uma luta particular. *Na teoria, os comunistas têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário...* mas de onde poderia vir essa nitidez senão da recusa de nos contentarmos com o modo como as demais lutas aparecem do ponto de vista de nossa própria inserção militante, preferindo ao invés disso, confiar na investigação concreta de diferentes fragmentos sociais e políticos do espaço periférico? Ao trazer para dentro de suas organizações a preocupação com o movimento como um conjunto, os comunistas também importam ferramentas teóricas que nos ajudam a contemplar cada vez

mais os nossos interesses comuns, seja no trabalho de base, nas tarefas militantes ou na reorganização estratégica.

Fica mais fácil entender, esperamos, por que um livro sobre teoria da prática comunista mobilizou tão intensamente a ideia de periferização. No nível das contradições internas a uma luta particular, é bastante plausível que essa ideia não tenha nenhuma utilidade imediata. É do ponto de vista específico da contradição comunista que o problema da fragmentação política e da inércia histórica própria do capitalismo periférico se torna uma questão real. E é apenas desse mesmo ponto de vista que se esclarece um outro ponto, também fundamental. Encontrar os meios para produzir uma crescente interdependência efetiva entre organizações, lutas e estratégias emancipatórias não é apenas preparar o movimento revolucionário para habitar o terreno erodido do capitalismo periférico, mas é também já reorganizar esse terreno a partir de outros princípios – afinal, o capitalismo prescinde cada vez mais dessa articulação material da vida coletiva, atravessando fragmentos políticos e sociais. Nesse sentido, avançarmos na missão de articular materialmente as lutas é também – por uma coincidência paradoxal – começar a construir o que poderia ser um outro modo de produção da vida social.